



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira  
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira  
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissão

### 2 - ORDEM DO DIA

- 2.1 - Comissão

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissão

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATAS

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 6/11/2014

#### Presidência do Deputado Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento - Falta de Quórum.

#### Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Celinho do Sinttrocel - Duarte Bechir - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - João Leite - João Vítor Xavier - Liza Prado - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Wander Borges - Zé Maia.

#### Falta de Quórum

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 10, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

### ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/10/2014

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados André Quintão e Bosco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bosco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.697/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja realizado debate conjunto com a Comissão de Direitos Humanos para discutir alternativas que preservem a integridade das famílias que residem nas ocupações da região Norte de Belo Horizonte (por solicitação das entidades de apoio destas ocupações);

nº 10.698/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja realizado debate público para discutir alternativas que preservem a integridade das famílias que residem nas ocupações da região Norte de Belo Horizonte (por solicitação das entidades de apoio destas ocupações).

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2014.

André Quintão, presidente - Luzia Ferreira - Elismar Prado.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 11/11/2014****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n.ºs 8.314 a 8.318, 8.329 a 8.335, 8.339 a 8.341, 8.343 a 8.346, 8.348 a 8.367, 8.417 a 8.420, 8.425 a 8.429, 8.438 a 8.440, 8.450, 8.452 a 8.455, 8.457, 8.464 a 8.467, 8.493, 8.494, 8.496, 8.548 a 8.560, 8.592 a 8.605, 8.612 a 8.615, 8.618 a 8.621, 8.623 a 8.630, 8.633 a 8.637, 8.642 a 8.646, 8.651 a 8.653, 8.741, 8.765, 8.770 a 8.774, 8.779 a 8.781, 8.801 a 8.817, 8.829 a 8.835, 8.837 a 8.840, 8.861 a 8.869, 8.872 a 8.875, 8.877, 8.878, 8.880 a 8.889, 8.912/2014, do deputado Cabo Júlio; 8.342, 8.347, 8.434 a 8.437, 8.441 a 8.443, 8.456, 8.460, 8.461, 8.473, 8.474, 8.497 a 8.500, 8.503, 8.561 a 8.569, 8.606, 8.610, 8.742 a 8.746, 8.775, 8.776, 8.792, 8.793, 8.836, 8.871, 8.890 a 8.896, 8.904 a 8.911 e 8.915/2014, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 10 de novembro de 2014, destinada a homenagear o Colégio Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pelos 65 anos de trabalho dedicados à educação.

Palácio da Inconfidência, 7 de novembro de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Esporte, Lazer e Juventude**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da Comissão de Segurança Pública, e Marques Abreu, Ulysses Gomes, Mário Henrique Caixa, Tadeu Martins Leite e Tenente Lúcio, membros da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, para a reunião a ser realizada em 10/11/2014, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a presença de convidados, para discutir a questão da violência nos estádios do Estado de Minas Gerais e discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2014.

João Leite, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 4/11/2014**

O deputado Gustavo Valadares\* - Boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Gostaria de iniciar minhas palavras cumprimentando os nossos cidadãos que nos acompanham das galerias desta Casa, em especial os nossos professores, os servidores da educação, todos empenhados com a aprovação da PEC n.º 69. Cumprimento também os agentes penitenciários aqui presentes, todos trabalhando pela aprovação do Projeto de Lei n.º 4.170/2013, de autoria do nosso colega Sargento Rodrigues.

Na verdade, Sr. Presidente, não poderia ser diferente. Como primeiro pronunciamento após as eleições, inicio as minhas palavras agradecendo aos mineiros e às mineiras por me reconduzirem para mais um mandato aqui, na Assembleia Legislativa. Tenham as senhoras e os senhores a certeza de que o trabalho continuará pautado na seriedade, na honestidade, na transparência dos meus atos, nas minhas ações e, acima de tudo, no interesse de fazer deste um estado mais vigoroso, mais igual e que continue sendo referência não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro.

Sr. Presidente, trouxe um assunto a esta Casa, uma análise que fiz ao longo dos últimos dias a respeito dos resultados, em especial da última eleição presidencial, mas, antes de entrar nesse assunto, gostaria aqui de deixar clara a minha solidariedade e o meu trabalho a favor da aprovação da PEC n.º 69. Nós, deputados do PSDB e da base do atual governo, o PSDB, temos trabalhado de forma incansável para que essa proposta de emenda à Constituição seja aprovada nesta Assembleia Legislativa. Faço aqui um convite aos deputados do Partido dos Trabalhadores do futuro governador do Estado. Já se passaram quase 30 dias das eleições do último dia 5 de



outubro, quando ele se elegeu governador do Estado, mas até hoje ele não deu uma palavra, nenhuma manifestação que fosse, a favor ou contrária, sobre a nossa PEC, a essa proposta que vem para resolver um problema de quase 90 mil servidores no Estado de Minas Gerais. Eles trabalharam, dedicaram boa parte de sua vida para poder melhorar a educação neste estado, mas agora se encontram numa situação complicada, difícil, sem saber qual rumo seguir, qual caminho percorrer. Fica aqui um convite ao futuro governador do Estado para que assuma uma posição, que saia dessa sua inércia, que o seu partido abandone a inércia, que não se omita num momento e numa questão tão importante que diz respeito a uma grande parcela de mineiros e mineiras que dedicaram boa parte de sua vida à educação. Fica aqui o meu convite ao novo futuro governador para que ele se pronuncie e esteja do nosso lado, para que libere a sua bancada, que até agora não esteve conosco nesta caminhada, que adentre o Plenário, que nos ajude a votar os nove vetos que têm trancando a pauta e que cheguemos à PEC nº 69, a fim de aprová-la em 1º e 2º turnos.

Da mesma maneira, fica aqui uma palavra de solidariedade aos agentes penitenciários, no que diz respeito a esse projeto de lei de autoria do deputado Sargento Rodrigues, o qual tem a solidariedade e o apoio de todos os parlamentares do partido que hoje governa o Estado de Minas Gerais e que governou ao longo dos últimos 12 anos, o PSDB.

Sabemos que, no caso especial dos agentes penitenciários, há pessoas que foram afastadas do serviço. Esse assunto está sendo conversado junto ao governo e já está sendo resolvido. O presidente da Comissão da Segurança Pública, deputado João Leite, os deputados Lafayette de Andrada e Sargento Rodrigues estiveram em reunião no palácio do governo. Inúmeros deputados lá estiveram mostrando ao governo do Estado a importância do trabalho dessas senhoras e senhores. Eles prestam excepcional serviço, que hoje é imprescindível para que todos nós, mineiros, tenhamos esse sentimento de segurança. Hipotecamos a solidariedade do PSDB aos agentes penitenciários e ao Projeto de Lei nº 4.170.

O principal assunto que me traz à tribuna hoje é o resultado das últimas eleições presidenciais. Algumas conclusões ficaram muito óbvias aos olhos de todos os brasileiros. O Brasil está dividido: 51% a favor do atual governo, 48%, quase 49% estão contrários. Esses 49% deixaram um recado muito claro nas últimas eleições. Todos estão mobilizados e prontos a voltar às ruas se as melhorias reivindicadas nas manifestações do ano passado não vierem de maneira efetiva e prática no início do próximo governo. Os desafios da nova e atual presidenta da República são muitos. Infelizmente não acredito que ela terá capacidade de conduzi-los a uma solução.

Começamos pela reforma política. A nova presidenta já enfrenta uma guerra muito complicada dentro do Congresso Nacional, dentro da Câmara Federal, até com partidos aliados ao seu governo, no que diz respeito à nova composição da Mesa. Se começou com a composição da Mesa, imaginem quando formos tratar da reforma política; quando formos tratar de uma reforma tão urgente e importante para o Brasil como a reforma tributária; quando formos tratar de situações importantíssimas e imprescindíveis a todo Brasil, principalmente a nós, mineiros, em relação aos investimentos em infraestrutura: metrô, BR-381, anel rodoviário. Será que a presidenta terá capacidade de resolver o problema da inflação que bate à nossa porta?

Hoje tivemos notícias de que a Petrobras está reivindicando um aumento substancial no valor do combustível, da gasolina. Sabíamos disso antes das eleições, mas não saiu no período eleitoral para que o atual governo não fosse prejudicado. Temos certeza de que, não no final deste ano, mas no início do outro, teremos aumento da energia elétrica. Fica claro o que já disse aos quatro cantos desde que me reelegi deputado - nas últimas eleições - e que o novo governador se elegeu.

Nós, do PSDB, deputado Lafayette de Andrada, daremos um prazo de 100 dias contados do dia 1º de janeiro próximo para que ele traga a esta Casa duas de suas principais ações: primeiramente, baixar a alíquota de ICMS que incide sobre a energia elétrica em Minas Gerais. Diz o eleito, o futuro governador do Estado, que é dos maiores encargos tributários do Brasil no que diz respeito à energia elétrica. Daremos a ele prazo de 100 dias para que traga a esta Casa proposta de diminuição do ICMS que incide sobre a energia elétrica. Senhoras e senhores, saibam que em abril próximo a Cemig terá aumento em sua tarifa de energia. A única maneira para que isso não venha a doer no seu bolso, no bolso de todos os consumidores, é fazer o que disse o futuro governador ao longo de toda a sua campanha: que baixaria o principal tributo estadual que incide sobre a energia, o ICMS. Daremos a ele 100 dias para que prepare proposta e traga a esta Casa para ela ser discutida e aprimorada por nós, parlamentares.

Da mesma forma, apesar de não achar justo - já que, nos últimos 12 anos, ele e seus nobres colegas do PT fizeram uma oposição muito firme ao atual valor do subsídio dos servidores da educação, em especial -, daremos a ele 100 dias, o mesmo prazo, para que encaminhe a esta Casa um reajuste que seja substancial e interessante para os servidores da educação e demais servidores do Estado. Serão 100 dias para que ele possa cumprir os seus dois principais compromissos de campanha. E para que ele não se esqueça de quantos dias faltam para que finde esse prazo, esses 100 dias serão apresentados em contagem regressiva em um *blog* que faremos a partir do próximo dia 1º de janeiro. É este o prazo para que o futuro governador encaminhe para esta Casa os dois tão sonhados projetos que foram levados por ele aos quatro cantos de Minas Gerais como se fossem duas situações já definidas e resolvidas pelo PT.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado Gustavo Valadares, serei muito breve, para não tomar o seu tempo. Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela reeleição, ressaltando que V. Exa. sempre foi um valente deputado nesta Casa.

Mas quero fazer eco à parte do seu discurso em que V. Exa. conclama os pares a votarmos a PEC nº 69 e a lei que trata dos agentes penitenciários. É fundamental que, antes que se encerrem os trabalhos, esta Casa vote essas duas medidas, para que se faça justiça. Repito: é um ato de justiça que a Assembleia Legislativa fará ao votar a PEC nº 69 e o projeto de lei que trata dos agentes penitenciários. Nós, deputados, reeleitos ou não, temos esse dever com o povo mineiro, sobretudo com essas duas categorias. Portanto, quero apenas parabenizar V. Exa. por suas palavras e também conclamar os amigos para votarmos a PEC nº 69 e o projeto de lei dos agentes penitenciários. Muito obrigado, deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares\* - Agradeço ao deputado Lafayette de Andrada o aparte que engrandece este pronunciamento. Os 3 minutos que me restam não são o bastante para tratar do assunto que era o principal neste dia, mas voltarei a esta tribuna para fazê-lo. Mas quero aproveitar esse tempo para me dirigir às senhoras e aos senhores que ficaram espantados até certo ponto com o resultado da eleição presidencial em Minas Gerais. Depois do estudo que fiz, posso dizer com toda a certeza às senhoras e aos senhores que perdemos as eleições presidenciais em Minas não para um partido, um governo ou uma candidata, mas para um cartão: o Bolsa



Família. Perdemos essa eleição para aqueles que, de maneira equivocada, tinham o temor de que, se eleito um novo presidente, ele acabaria com o Bolsa Família. Não perdemos para a presidenta; não perdemos para o seu discurso, até porque ela discursava muito mal.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - Foi terrorismo, deputado.

O deputado Gustavo Valadares\* - Perdemos para o terrorismo; perdemos para uma política baixa e suja. Vejam as senhoras e os senhores: no Estado de Minas Gerais, que tem 4.120.000 beneficiários do Bolsa Família, a presidenta da República obteve 5.900.000 votos, ou seja, de 5.900.000 eleitores que caminharam com a presidenta nas últimas eleições, 4.120.000 recebem o Bolsa Família. Perdemos as eleições para um cartão; perdemos as eleições para o terrorismo. Pagaremos, todos nós brasileiros, por um terrorismo implementado por aqueles que não têm um projeto de governo ou de país, mas um projeto de partido político, um projeto de perpetuação no poder. É apenas isso.

Farei essa análise de maneira clara, mais tranquila e profunda, quando dispuser de 15 minutos para isso, mas quero deixar claro que o que foi feito em Minas foi feito no Brasil.

Se em Minas perdemos as eleições, isso foi porque nós, mineiros, temos, no nosso Estado, realidades muito parecidas, se não idênticas, às que encontramos Brasil a fora, de regiões completamente heterogêneas, diferentes. Um Sul de Minas mais desenvolvido, mais rico, contra um Jequitinhonha, um Norte de Minas, que evoluiu muito ao longo dos últimos anos, mas ainda precisa de um olhar carinhoso e mais atento por parte do poder público, seja ele estadual, seja ele federal. Por isso perdemos as eleições em Minas, porque vivemos a realidade do Brasil em Minas Gerais.

Mostrarei, de forma clara, que, Brasil a fora, o brasileiro vai perder, ao longo dos próximos quatro anos, por conta de um cartão, por conta de uma pequena parcela repassada a esses muitos brasileiros. E que fique aqui claro a esses brasileiros que acreditaram nessa campanha terrorista do PT. Tenham as senhoras e os senhores - vou terminar, presidente - a certeza de que ao PT e a este governo não interessa que vocês melhorem, não interessa o desenvolvimento de cada um de vocês. Sabem por quê? Quanto maior a dependência destes para o poder público federal, maior será a força que eles terão, eleição entra, eleição sai. É por isso que precisamos criar e levar, aos quatro cantos de Minas e do Brasil, um discurso de independência, um discurso verdadeiro, de propostas e objetivos, para fazer deste um país mais justo e igual para todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado João Leite\* - Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro, a quem eu queria render minhas homenagens pela maneira tão digna, especialmente tão sensível, em relação a nossa população, à maioria da população de Minas Gerais, uma população carente, especialmente, deputado Dinis Pinheiro, dos direitos fundamentais da pessoa humana. Ao saudá-lo, também quero saudar os meus companheiros, deputados aqui presentes, e todos os que nos acompanham. Quero saudar meu companheiro Fábio, de Monte Carmelo, que está com o Fabiano. Amigos queridos de Monte Carmelo levem para nossa igreja e toda aquela comunidade o nosso carinho, o nosso respeito. E quero saudar, de forma muito especial aqui, nesta tarde, as trabalhadoras e os trabalhadores que aguardam, como direito fundamental, a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 69.

É direito dessas trabalhadoras, é direito desses trabalhadores, que votemos, que aprovemos um direito sagrado desses trabalhadores e dessas trabalhadoras: a aposentadoria. É o reconhecimento do Estado de um direito fundamental das trabalhadoras e dos trabalhadores. Não há negociação em relação a essa questão, não negociamos com direitos fundamentais da trabalhadora e do trabalhador.

Quero aqui também saudar o Mário de Assis, aqui presente, presidente da federação dos pais. Ele é um lutador que reconhece o papel fundamental dessas trabalhadoras e desses trabalhadores e apoia esses pais, essa luta dos trabalhadores e das trabalhadoras. Quero saudar também a nossa APPMG, por meio da Profª Joana D'arc, que tem apoiado permanentemente esse movimento.

Caríssimo Mário, professoras, professores, auxiliares de serviço, as que fazem aquela alimentação gostosa na escola, trabalhadoras, vemos que neste momento há um partido, que se chama Partido dos Trabalhadores, contra o trabalhador e a trabalhadora.

Não aceitamos. Isso é uma traição com a trabalhadora e o trabalhador. É preciso ter uma resposta, e a resposta que saudamos é a presença de vocês aqui. Um partido que põe no governo federal 22 mil cargos de confiança recrutados sem concurso, mas quer cobrar das nossas cantineiras a realização de concurso público. Não aceitamos.

Um partido que aparelha e põe a companheirada toda... Está vindo aí Pimentel. Esse homem governou Belo Horizonte, trabalhadoras e trabalhadores, com 65 secretarias. Querem cobrar de vocês que façam concurso público. No entanto, a companheirada está toda empregada sem concurso público.

Vão até à cantina para verem que são 25 anos fazendo a alimentação escolar, ao pátio para limpá-lo e varrê-lo e à escola dar aula para jovens e crianças que gritam o tempo todo. Querem concurso público? A resposta é o trabalho de vocês por tantos anos. É inaceitável que se negue a vocês o direito à aposentadoria.

A Constituição brasileira, no seu art. 1º, diz que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissociável de estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento: "III - a dignidade da pessoa humana". Vamos resistir, trabalhadoras. Vamos resistir ao PT, que quer pôr vocês nas ruas.

Vamos às ruas para defender vocês. É preciso ficar aqui e exigir a presença dos deputados para cumprirem a Constituição da República, porque aquele que disse que é inconstitucional - o juiz Dias Toffoli, advogado do PT - nem fez concurso público, mas o PT o pôs lá.

Agora querem que vocês façam concurso público. É o farisaísmo. Lembram o que Jesus avisou sobre os fariseus? "Eles impõem pesados fardos para as pessoas carregarem, mas os fariseus nem com o dedo querem mover esse fardo". Eles não querem fazer concurso público. O Sr. Toffoli foi para lá sem concurso público, mas a cantineira tem de fazê-lo. Depois de trabalhar 25 anos, o que ela tem de provar mais?

Depois vou para o art. 7º da nossa Constituição, no seu inciso XXIV, que diz o seguinte: "São direitos das trabalhadoras urbanas e rurais, além de outros que visem à melhoria da sua condição social: XXIV - aposentadoria". Essa é uma palavra simples. Todo



trabalhador brasileiro e toda trabalhadora brasileira têm direito à aposentadoria. Querem tirar isso de vocês. Não podemos permitir. Vamos resistir e lutar. É direito de vocês a aposentadoria.

Não é possível que o PT venha a retirar da trabalhadora e do trabalhador esse direito. O deputado Antônio Carlos Arantes, autor da PEC nº 69, signatário, tem a palavra.

O deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)\* - Muito obrigado, deputado João Leite. Mais uma vez, quero manifestar minha solidariedade, compreensão, parceria e fé em que venceremos esse grande obstáculo. Não é difícil vencê-lo. Só depende do voto.

O nosso voto vocês têm, o voto da base, do PSDB, do PP, de vários partidos que apoiam o governo Anastasia, apoiam Aécio e apoiam Alberto. Estamos com vocês. Não tenham dúvidas de que o nosso voto vocês terão. É fácil, porque, com o voto do PT e do PMDB, está resolvido. É só entrarem nesta sala, nesta Casa, e teclarem o voto "sim". A mudança na Constituição, desde que haja maioria, é legal. As Constituições foram feitas para serem aperfeiçoadas. Não precisam ser um objeto estático, podem ser mudadas, desde que sejam usados os instrumentos legais.

O que estamos propondo aqui, deputado João Leite, você que é o grande líder do PSDB, é uma mudança legal na Constituição. Não é para beneficiar ninguém, não, gente. É para reparar um erro, uma injustiça com esses trabalhadores que deram suor, sangue e lágrimas; deram o melhor de si para cuidar de criança, algo tão nobre. Agora está nas nossas mãos. Então espero que o PT seja um partido dos trabalhadores, e não um partido da traição. Não é possível que vá trair os trabalhadores. Então espero que tenhamos apoio e que vençamos esse grande obstáculo.

No nosso entendimento, o que o PT mais queria era usar esses instrumentos para desgastar o nosso candidato a presidente, Aécio Neves. Conseguiram. É uma pena, mas conseguiram. Agora passaram-se as eleições. Agora é hora de reconhecer e fazer justiça social com essas pessoas que tanto precisam. Muito obrigado, deputado João Leite.

O deputado João Leite\* - Agora quero pedir licença a todos os trabalhadoras e trabalhadores que acompanham a tramitação da PEC nº 69 para fazer, com muita alegria, o registro da presença dos agentes penitenciários nas galerias da Assembleia Legislativa.

Quero dizer, em nome do meu partido, em nome da base do governador Alberto Pinto Coelho, que foi a base dos governos Anastasia e Aécio Neves, que, em 2003, iniciou uma transformação no Estado: concluir um sonho que tínhamos desde a CPI que investigou a fuga de Fernando Beira-Mar pela porta da frente de uma das nossas unidades, em 1997. Nasceram dessa CPI, no relatório final do deputado Ivair Nogueira - eu era o presidente, o deputado Durval Ângelo, o vice-presidente, e era membro o deputado João Batista de Oliveira, que já não se encontra entre nós, 10 novas legislações, organizando o sistema penitenciário do Estado. E uma delas dava um prazo para o governo transferir todos os presos que estavam com a Polícia Civil para a guarda da Secretaria de Administração Prisional.

Queria responder a essa pessoa que permanentemente grita que quer que votemos que, como onde você trabalha tem um regimento, a Assembleia Legislativa também tem. Cada coisa é no seu momento. Agora é o momento dos discursos, não acontecerá nada diferente neste momento, e isso tem de ser obedecido. Depois deste momento, vamos ter os requerimentos. Logo depois entraremos na votação. Precisaremos de quórum para a votação.

Quero dizer que, a partir de 2003, tivemos uma mudança. Hoje mais de 150 instituições penais estão sob a guarda dos nossos agentes penitenciários. Hoje pela manhã, eu e o deputado Sargento Rodrigues, tivemos contato com eles. Sei que o deputado Durval Ângelo também conversou com eles pela manhã. Conversamos com os que vieram de Unai. O pessoal da penitenciária de Unai também está aqui.

Vieram aqui pela luta deles, todos preocupados com as demissões. Tanto eu quanto os deputados Sargento Rodrigues e Lafayette de Andrada fizemos contato com o governo e estamos num entendimento avançado para suspendermos as demissões e cessarmos possíveis demissões, porque, efetivamente, o governo, o Estado de Minas Gerais, a sociedade e a população de Minas Gerais precisam da presença não apenas de vocês, mas daqueles que fizeram concurso público e vão assumir as vagas existentes. As vagas dos concursados estão lá para serem preenchidas. As vagas que vocês estão preenchendo não estão à disposição, vocês as estão preenchendo, e queremos que vocês permaneçam nelas.

Por isso contem com nosso apoio. Ao apoiarmos vocês, estamos apoiando para além de vocês, porque sabemos o papel fundamental que desempenham não na guarda dos presos, mas na guarda da população, tanto que estão lá nos muros das penitenciárias guardando a população, evitando fugas e confrontos da população com criminosos que estão cumprindo pena nas nossas unidades penais.

Portanto, queria a atenção de todos, pois conversei com o presidente, o deputado Dinis Pinheiro, que também, assim como toda a Assembleia, apoia essa causa de vocês. Repito que não é uma causa de vocês, mas uma causa da população de Minas Gerais. Além da PEC nº 69, há o projeto de lei do deputado Sargento Rodrigues que dá possibilidade de extensão dos contatos, o que faria com que o governo tivesse condições de manter todos. Queremos então, e é bom que estejam aqui... Vi que o Ronam e seus líderes os chamaram para estarem aqui na quinta-feira. Funciona assim mesmo, não é gente? Funciona com a presença. Se vocês não estivessem lá, os presos fugiriam. Como vocês estão presentes, eles não fogem. Como vocês estão presentes aqui, temos de ir para a votação para fazer justiça aos nossos agentes penitenciários e fazer justiça às trabalhadoras e aos trabalhadores.

Estão aqui também as concursadas do Tribunal de Justiça Militar, cuja causa apoiamos. Conversamos com o deputado Sargento Rodrigues e vamos apoiar as causas de vocês. Parabéns, trabalhadoras e trabalhadores, pela presença nesta Casa, que é de vocês, o Parlamento mineiro, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues\* - Sr. Presidente, deputadas e deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia e que nos acompanha das galerias, especialmente os agentes penitenciários e socioeducativos atentos à tramitação do PL nº 4.170, e também nossos servidores da educação, que nos acompanham atentamente pedindo a esta Casa a aprovação da PEC nº 69. Quero deixar claro que o PL nº 4.170, de que tive oportunidade de ser autor, vem, nada mais, nada menos, corrigir uma injustiça no tocante aos agentes penitenciários e socioeducativos contratados. É bom deixar claro que a proposta que apresentamos visa permitir ao governo do Estado contratar ou renovar o contrato de pessoas que estão há 6, 8, 10, 14 anos cumprindo bem suas funções, pessoas experientes, e que a



administração pública tem apenas a ganhar com a renovação do seu contrato. O que nós tentamos a todo momento, e continuamos a fazer no intuito de convencer o governo, é dizer que não se pode pegar a experiência de 8, 10, 12 anos de uma pessoa qualificada, que está trabalhando de forma disciplinada, e simplesmente demitir e contratar uma pessoa novata para o mesmo cargo. Essa é a tônica desse projeto, principalmente aproveitando os anos trabalhados como pontos para prova de título para o próximo concurso. Então fica o apelo a todos os deputados desta Casa: aprovarmos um projeto que facilite e permita melhor forma de o governo conduzir o problema, seja o governo atual, seja o próximo governo. Não há estratégia de minimizar problema deste governo.

Por outro lado, quero falar da minha satisfação de estar no Plenário para acompanhar, votar e dizer “sim” à PEC nº 69. Diferentemente da posição de alguns deputados, entendemos que o maior bem que podemos tratar, seja no aspecto social, seja no político, no econômico ou no jurídico, é a dignidade da pessoa humana. A PEC nº 69 trata da dignidade da pessoa humana, mas principalmente de mais de 70 mil trabalhadores da educação do nosso estado. Portanto, estarei presente todos os dias até o encerramento no último dia do Plenário, para contribuir, apoiar, pedir à minha bancada e trabalhar pelo convencimento político para que outros deputados aprovelem essas duas matérias.

Outro ponto, presidente, é que, mesmo pedindo a palavra pelo art. 164 ao meu ilustre colega Adelmo Carneiro Leão, não nos foi permitido responder ao deputado Rogério Correia na quarta-feira passada. Mas, de forma muito educada e gentil, avisei ao deputado Rogério Correia que na próxima terça-feira eu estaria no Plenário para lhe responder, como um colega parlamentar por quem sempre tive muito respeito e admiração, e ele sabe disso. Mas eu não poderia deixar de rebater e contrapor alguns pontos expostos pelo deputado Rogério Correia na quarta-feira, em que, mesmo pedindo e sendo citado pessoalmente, não tive condições porque não permitiram a minha réplica em relação à fala do deputado Rogério Correia.

Não tenho problema nenhum de assinar pedido de CPI, deputado Rogério Correia, até porque V. Exa. sempre acompanhou a atuação independente deste deputado.

Gostaria até de deixar um pouquinho a modéstia de lado. Talvez eu seja o deputado da base com a maior capacidade de exercer o mandato com independência nesta Casa, ao longo destes 12 anos. Nunca deixei de assinar nenhum pedido de CPI. Falo, deputado Dilzon, “independência” porque assinei todos os pedidos de CPI, e o deputado Rogério Correia sabe disso.

Entendo o seguinte: se o aspecto é corrupção, não importa a coloração partidária. Corrupção é nojenta no PSDB, no PDT, que é o meu partido, no PT, no PMDB. Corrupção é nojenta e ela deve ser expurgada de qualquer partido. É isso que interessa para o conjunto da sociedade. Não precisamos sair aqui em defesa ferrenha de companheiros envolvidos em corrupção. Companheiros que estão envolvidos em corrupção devem prestar esclarecimentos, primeiro, à sociedade, principalmente se for parlamentar. Parlamentar tem o dever de fiscalizar dinheiro público. Ele tem dever, não é favor, é atribuição constitucional que ele tem. Muito menos há de se promiscuir com a corrupção.

Portanto, se o delator, no caso da Petrobras, vem a público e coloca um rol de partidos e de parlamentares, que estes respondam na forma da lei. Não serei eu a impedir - se algum deputado do PDT estiver envolvido, que ele seja investigado a fundo. E, de preferência, seja colocado na rua, obviamente depois de dados a ele o amplo direito de defesa e o contraditório, como qualquer um deve ter, mas tem de ser posto na rua se ficar provado seu envolvimento.

Porque aqui em Minas Gerais posso citar dois casos a V. Exa. em que este deputado não teve a coragem de fazer a defesa de nenhum parlamentar do partido, pelo contrário. Um ex-deputado desta Casa, chamado Paulo César, ex-prefeito de Nova Serrana, tem um prontuário criminal de dar inveja a muitos bandidos aí fora. Não tive nenhum problema em ir a Brasília pelo menos dez vezes e pedir a expulsão dele. Contrariando os interesses do meu partido em Brasília, pedi a expulsão dele. Da mesma forma, deputado Rogério Correia, ocorreu com o Sr. Manoel Costa, nesse mesmo governo, no governo do PSDB. Esse moço foi acusado de ter transferido imóveis de terras devolutas para seu nome, e foi este deputado que foi lá ao partido e pediu a sua expulsão. Graças a Deus, ele desapareceu e nunca mais colocou os pés no PDT.

Quero deixar claro, deputado Rogério Correia, que a corrupção enoja qualquer brasileiro. Ela não pode ser defendida aqui por ninguém. Estive avaliando o depoimento do doleiro Alberto Youssef. Em relação ao mensalão, R\$153.000.000,00 foram desviados criminosamente. O mensalão fica muito pequeno perto dos R\$10.000.000.000,00 da Petrobras. Aliás, teremos deputados federais que serão citados na lista dos desvios da Petrobras, do envolvimento com o doleiro. Quatro deputados federais por Minas Gerais, um do PP, três do PT que serão citados. Não vou mencionar o nome deles aqui. Vou esperar a imprensa citar seus nomes, o que vai vir a público. Mas esse tipo de procedimento não podemos aceitar.

Quero dizer, colega deputado Rogério Correia, que, quando ocupei a tribuna, fiz um desabafo enquanto cidadão, enquanto eleitor. Agora venho à tribuna porque sou parlamentar e tenho a tribuna à minha disposição, portanto fiz esse desabafo. Quero deixar claro ao deputado Rogério Correia que, em relação ao que ele chamou de mensalão mineiro de 1998, eu não tenho nenhum problema para tratar desse assunto, nenhum; pelo contrário, quero que o Sr. Eduardo Azeredo seja condenado também caso fique comprovado o desvio de dinheiro público.

Não sou deputado do PSDB, deputado Rogério Correia, sou deputado do PDT, mas, mesmo assim, não vou compactuar com nenhum desvio de conduta que venha do PDT, do PSDB ou do PT. Não vou. Se o cidadão teve a coragem de se promiscuir, de se envolver em corrupção, que ele resolva para lá, que responda para lá. Não venha envolver o nome do parlamento, quer o estadual, que o federal.

É vergonhoso para todos nós, deputados. Quando pertencíamos àquela sigla, acabamos sofrendo por tabela por causa da irresponsabilidade das pessoas que não tiveram uma conduta ilibada. Se divulgarmos a lista de deputados que receberam dinheiro do mensalão de 1998, ficaremos sem entender, porque nesse chamado mensalão tucano apareceram 20 deputados do PT. Portanto, não mexeremos nessa lista, que está aqui comigo. O Rogério a conhece, pois ele também a possui.

Deputado Rogério Correia, vimos aqui para dizer-lhe que eu não sou arrogante, como V. Exa. afirmou. Eu não sou arrogante. Até porque, se V. Exa. se lembrar, quando o PSDB apresentou um pedido de cassação nesta Casa, fui o primeiro deputado da base do governo a ocupar a tribuna e dizer que não concordava, que isso não tinha cabimento e a se posicionar contrariamente para defender



V. Exa. Talvez o senhor não se lembre dessa minha posição. Mas quero deixar claro que as pessoas têm o mesmo nojo, sejam do PSDB, do PT, do PMDB ou do PDT.

Deputado Wander Borges, V. Exa. está no PSB e nem por isso tem de passar a mão na cabeça de um colega de partido se ele estiver envolvido em corrupção. V. Exa. tem de ser o primeiro a rejeitar essa atitude. A repulsa tem de ser de todos nós. Agora eu tenho a coragem, deputado Rogério Correia, de pedir a expulsão de membros do PDT. Se V. Exa. quiser, passo-lhe cópias do pedido de expulsão que estão guardadas em nosso gabinete. Qualquer um de nós, filiados, pode pedir a expulsão de outro filiado que não tenha cumprido o estatuto do partido. Até porque o PDT presume isso nos seus quadros.

Em relação a trair o meu partido, que apoiou a Dilma, sei disso, eu não o trai. Apenas tive a coragem de posicionar-me contrariamente. Não tenho de ser vaquinha de presépio e cumprir as ordens do comando nacional do partido só porque ele entende que tem de apoiá-la. Eu penso diferente, faço parte de um novo pensamento político. Se amanhã o meu partido estiver envolvido com denúncia de recebimento de dinheiro de corrupção na Petrobras, V. Exa. terá por parte deste deputado a iniciativa de um documento dirigido à presidência nacional pedindo a expulsão dos seus membros. É assim que ajudamos o Brasil. O País precisa ser ajudado por quem tem a coragem de dizer não à corrupção.

Quero dizer ainda a V. Exa. que o desabafo que fiz na quarta-feira da semana passada não me impede de adotar a mesma postura que sempre adotei. Se amanhã algum delator disser que no governo do PSDB de Minas Gerais, nesses 12 anos, há indícios suficientes para instaurar CPI, V. Exa. não precisará ter dúvida: eu estarei aqui para ajudá-lo a instaurá-la para apurar corrupção. CPI não deveria passar por deputado da base de governo ou de oposição. Se é corrupção, a melhor base a ser ouvida é a da sociedade. É ela que nos paga para construirmos um parlamento sério, transparente, propositivo, mas, acima de tudo, que defenda os seus interesses. E defender interesse da sociedade é principalmente dizer não à corrupção. Os desvios da Petrobras causaram nojo não apenas a mim, mas sim a mais de 51 milhões de brasileiros.

Desculpe-me, colega Wander Borges, mas precisava concluir o meu posicionamento, até porque o ilustre deputado Rogério Correia poderá fazer o uso da palavra, diferente de mim, que não tive a oportunidade na semana passada.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia\* - Cumprimento o Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, deputados, deputadas, servidores do sistema prisional da educação que estão aqui na Assembleia Legislativa, companheiros e companheiras da imprensa também aqui presentes.

Sr. Presidente, hoje não vou adentrar o assunto do deputado Sargento Rodrigues, sobre corrupção, porque pretendo tratar de outros assuntos. Mas concordo com V. Exa., deputado, que não pode haver nenhum refresco em nada que diz respeito à corrupção, seja no Brasil, no Estado ou nos municípios. Tudo deve ser apurado e foi exatamente isso que fizemos em número muito maior durante os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma do que era feito anteriormente, onde tínhamos o engavetador geral da República, que nada apurava. Via de regra, foi o que se fez em Minas Gerais, onde nenhuma CPI pôde ser aqui apreciada e formada porque o governo do Estado sufocou todas as CPIs. Nesse sentido, novamente convido não só o deputado Sargento Rodrigues, mas todos os deputados da base do governo que querem combater a corrupção a assinar conosco a CPI dos aeroportos, em que é sabido e público que o senador Aécio Neves construiu dois aeroportos com recursos públicos de Minas Gerais em terreno da família do próprio governador, hoje senador. Portanto, se o deputado quiser assinar, estamos com a CPI dos aeroportos. Acho que é uma denúncia grave de corrupção que precisa ser apurada.

Com certeza no ano que vem ainda iremos ver o que está acontecendo na Cemig, onde a Andrade Gutierrez manda e desmanda e há sérios indícios de corrupção. Como teremos de ver também os recursos que não foram alocados na saúde e na educação, algo em torno de R\$8.000.000.000,00 que não entraram na saúde e R\$8.000.000.000,00, na educação. O governo atual terá que um dia responder na Justiça, no Ministério Público e, espero, na Assembleia Legislativa através de uma CPI. V. Exa. será também instado a assinar, conhecendo o posicionamento de V. Exa. de não passar a mão na cabeça de ninguém, em caso de um processo de corrupção. Então já fica aqui o convite a V. Exa. para que assinasse essas CPIs que irão averiguar a corrupção no Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente...

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Gostaria de solicitar silêncio das galerias, pois o deputado precisa fazer o seu pronunciamento.

O deputado Rogério Correia\* - Sr. Presidente, se forem jogar objetos no momento que este deputado for falar não terei condições para tal. As vaias não me incomodam, mas agressão não, não é, presidente? Gostaria que a segurança verificasse quem está jogando objetos aqui.

O presidente - Solicito às pessoas da galeria que ouçam o pronunciamento do deputado, para o bom andamento do nosso Plenário. Solicito silêncio, mais uma vez.

O deputado Rogério Correia\* - Presidente, não posso continuar falando... Foi ele quem jogou o material. Ele é quem está me agredindo verbalmente e jogando as coisas.

O presidente - Deputado Rogério Correia, quero pedir ao senhor principalmente, em nome de todos, que tenhamos uma consciência sem emoção. Vamos ouvir, ainda que sejamos contrários ao pronunciamento dos deputados. Peço disciplina ao público. Do contrário, vamos esvaziar as galerias, não respeitando a democracia. Peço encarecidamente silêncio, temos de continuar os trabalhos, atendendo ao Regimento Interno, que os disciplinam.

Com a palavra, o deputado Rogério Correia para continuar seu pronunciamento. Não vamos permitir baderna aqui dentro. Não interessa o lado que estão, precisamos agir de forma pacífica.

Com a palavra, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia\* - Pediria apenas a V. Exa. que voltasse ao meu tempo inicial.

O presidente - Estamos descontando o tempo.



O deputado Rogério Correia\* - Pediria a V. Exa. que identificasse quem atirou o objeto em mim, porque não me incomodo com a vaia, mas não admito que atirem objetos. Peço que a segurança identifique o responsável em atirar objetos em mim. Dessa maneira não dá, não dá para falar com as pessoas arremessando objetos.

Gostaria que V. Exa. pedisse à segurança que identifique a pessoa que arremessou o objeto, pois ele deve ser apreendido para que não atire mais objetos em quem fala. Realmente não tenho condições de falar se uma pessoa estiver arremessando objetos. Então peço a V. Exa. que deixe os outros falarem, mas retire da galeria a pessoa que está arremessando objeto em mim.

O presidente - Deputado Rogério Correia, vou solicitar à segurança que identifique a pessoa que atirou o objeto. Não vamos permitir que as emoções dominem este Plenário. Pedimos consciência a todos que aqui estão como cidadão, para que a democracia possa acontecer. Este Plenário é democrático e trabalha sob a luz do Regimento Interno.

Peço aos senhores, encarecidamente, que ouçam o deputado. Ouvimos o deputado João Leite o tempo todo, e ninguém o perturbou. Então agora vamos ouvir o deputado Rogério Correia, para o bom andamento dos nossos trabalhos e para que a democracia possa prevalecer aqui.

O deputado Rogério Correia\* - Obrigado, presidente. Quero reiniciar a minha fala dirigindo-me aos agentes penitenciários que estão aqui conosco. Anteriormente, antes do período eleitoral, havia me dirigido a eles, apoiando o projeto apresentado pelo deputado Sargento Rodrigues, que pode ser uma solução. Aliás, conversei hoje com pessoas da comissão de transição, que veem com bons olhos, Rodrigues, o projeto que V. Exa. apresentou em relação aos agentes penitenciários.

Gostaria de fazer uma ressalva, dizendo que a demissão dos agentes penitenciários não depende em nada de aprovação de lei - já disse isso a ele -, basta que o governo não os demita. Isso é importante dizer. Se não houver demissão do governo, os agentes penitenciários continuarão onde estão. Não é preciso lei nem nada. Aliás, havia um acordo de que os servidores não seriam demitidos e que os efetivos seriam chamados para ocupar outras vagas que não as deles, pois há um déficit muito grande no serviço penitenciário em Minas Gerais. Não há nenhuma justificativa para a demissão deles, que está sendo feita incorretamente pelo governo.

Isso precisa ser denunciado. Estão demitindo porque querem demitir. Não há nenhuma lei, nada que os force a isso; pelo contrário, era para não haver demissão. Se está havendo, a culpa é do governo.

Então sou solidário a vocês. É importante ficar claro que não é para haver demissão. Se está, é um absurdo. O atual governo não está correspondendo ao compromisso que fez de que não demitiria. Então, repito, se isso está acontecendo, é culpa e responsabilidade do atual governo. Esse é o primeiro ponto, o que não significa que não possamos aprovar a lei do deputado Sargento Rodrigues, à qual, repito, sou favorável. Mas a demissão não está sendo feita só em relação aos agentes penitenciários não. O problema é que o Estado de Minas Gerais está quebrado. Aécio e o tucanos quebraram Minas. É verdade! Os tucanos não gostam de ouvir, mas Aécio quebrou Minas Gerais. Foi um dos motivos pelos quais perdeu a eleição. Digo-lhes ainda que não são só os agentes penitenciários que estão sendo mandados embora. Já há uma lista, também com a MGS, em que se propõe a demissão de quase 50 mil trabalhadores, agora no final do governo. É a lista que o PSDB está fazendo para a demissão. Então fiquem atentos.

Vamos, sim, aprovar essa lei do deputado Sargento Rodrigues, da qual vou falar depois, mas a demissão de vocês não tem nada a ver com a não aprovação da lei. Essa demissão é porque o governo agora quer demiti-los. Poderia não demitir e apenas convocar os concursados.

Concedo aparte ao deputado Cabo Júlio para que ele possa explicar melhor essa situação.

O deputado Cabo Júlio (em aparte)\* - É apenas para fazer um apelo, porque essa questão dos agentes e do próprio servidor não pode ser uma questão partidarizada. Caso contrário, chegaremos à conclusão de que vamos trazer para a área de segurança pública uma discussão política nacional e local. Esse é o primeiro ponto que precisamos despartidarizar, pois segurança pública é para todos.

O segundo ponto é um apelo para o nosso governo que vai entrar e para o que aí está. Criou-se uma ideia e tentou-se jogar principalmente os agentes contratados contra os concursados. Vendeu-se a ideia de que, para chamar os que passaram no concurso e fizeram jus a isso, teríamos de demitir os contratados para dar a vaga para os concursados. Isso não é uma verdade. Precisamos esclarecer isso de uma vez por todas. Temos, em ordem cronológica, um cronograma de cadeias que ainda estão nas mãos da Polícias Civil e Militar e que estão sendo passadas para a Secretaria de Defesa Social. Se não temos agentes sequer hoje para a realidade atual, quanto mais para receber as cadeias que estão sendo repassadas para a Seds.

Logo, de uma forma muito clara e despartidarizada, temos de acabar com esse conflito e dizer que temos como chamar os concursados que passaram no concurso sem que, com isso, tenhamos de tirar o emprego dos contratados. É possível fazer isso, em função das cadeias que estão no cronograma a ser repassadas. Precisamos liberar policiais civis para irem para a investigação; precisamos liberar policiais militares que estão nas cadeias para fazerem policiamento. Aí, sim, poderíamos fazer isso.

Por outro lado, precisamos deixar claro aqui que as demissões que estão acontecendo estão ocorrendo no governo atual. Isso é fato. Por que as demissões não ocorreram antes da eleição? Foi para não dar repercussão. Ora, precisamos ter um pouco de responsabilidade e não brincar com os serviços alheios em razão do resultado de uma eleição!

Então precisamos buscar uma solução. É preciso um compromisso do governo atual no sentido de cessar as demissões. Vamos buscar a construção do PMDB com o PT, e, uma vez respeitada a decisão de que não haverá a demissão dos agentes contratados, no nosso governo vamos pedir ao governo eleito que também não demita. Essa é uma construção madura, sem aproveitar para fazer politicagem em cima do trabalho dos outros.

Então, como nosso líder, deputado Rogério Correia, se o governo voltar atrás em relação às demissões, vamos até o governador Pimentel para que mantenha o emprego das pessoas que perderam o emprego. Muito obrigado.

O deputado Rogério Correia\* - Obrigado, deputado Cabo Júlio. Acho que foi isso também que o deputado Sargento Rodrigues havia me dito quando me apresentou o projeto, ao qual lhe disse que era favorável.

É aproveitar os concursados - precisamos, pois há um déficit de agentes penitenciários - e, ao mesmo tempo, permanecer com aqueles que foram treinados, trabalham e têm experiência no local. É juntar as duas coisas: aproveitar aqueles que já estão e chamar os concursados para os cargos de que ainda necessitamos. Com isso a conclusão que faço é a mesma do deputado Cabo Júlio. Não



havia nenhuma necessidade de demissões agora. Estão demitindo alguns, sem que outros sejam chamados. Isso foi o que os servidores me disseram. Estão sendo demitidos, mesmo sem que outros tenham entrado no lugar. Isso mostra que não está correto fazer essas demissões.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* - Deputado Rogério Correia, serei breve.

É preciso ter cautela. Quando a Lei nº 18.185, de 2009, foi votada há seis anos, falava em contrato de três e mais três. Neste momento o governo está com o facão no pescoço. Os contratos estão vencendo, daí a necessidade de aprovar o PL nº 4.170. Isso vai permitir a renovação do contrato por mais tempo e também permitirá... Aí todos nós convergimos. Quando não havia lei, havia agentes penitenciários com 10, 12 anos de serviço. Hoje há agentes penitenciários com 10, 14, 18 anos de serviço. Estive com eles na parte da manhã. Mas, se a lei não for alterada, o governo de Fernando Pimentel terá enorme dificuldade de tratar o assunto, pois a lei vai impedi-lo de fazer renovação. Esse é o motivo por que temos de tratar esse assunto com serenidade. Peço a V. Exa. que peça ao seu partido ajuda na aprovação da matéria para que o próprio Fernando Pimentel não venha a ter o mesmo problema que o atual governo está enfrentando em relação a esse cargo.

O deputado Rogério Correia\* - Deputado Sargento Rodrigues, vou fazer apenas um reparo. No caso do atual governo, ele está demitindo servidores que ainda não completaram o tempo - foi o que me disseram. Ele está demitindo pessoas que não completaram... A lei diz que são dois anos?

São três mais três. Há alguns que não completaram os seis anos, mas estão sendo demitidos. Só vão completar os seis anos em agosto. Portanto não há necessidade de demissão agora - é isso que quis dizer. Foi o que me falaram. Depois podemos conversar com eles. Não há necessidade de demitir agora, pois eles não completaram os seis anos. Isso poderia ocorrer no ano que vem. O governo pode cessar as demissões e não demitir mais, pois há tempo. Estamos favoráveis. Estou favorável e vou trabalhar para que o projeto de lei seja aprovado. Já disse isso a V. Exa. diversas vezes.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* - Também estamos trabalhando e pedindo ao governo que não demita mais e readmita aqueles que foram demitidos.

O deputado Rogério Correia\* - Mas V. Exa. há de convir que não havia necessidade de demissão.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* - Não havia e não há.

O deputado Rogério Correia\* - O governo está demitindo não porque esgotou o prazo da lei, mas porque ele quis demitir. Vou avisar que ele vai demitir mais. Há uma lista enorme da MGS. Sou obrigado a dizer isso para as pessoas terem consciência: o governo está demitindo para enxugar a máquina, pois o quadro no Estado está caótico. É preciso dizer isso para as pessoas. Por isso está fazendo demissão. Não é porque esgotou o prazo da lei nem porque vai chamar outros. Ele não está chamando outros e está demitindo. Gostaria que os agentes tivessem consciência do que está ocorrendo, até para não serem enganados. Não há motivo nenhum para demissão. Esse era o primeiro assunto que gostaria de tratar.

Presidente, quero falar da PEC nº 69, mas tenho 40 segundos para falar do assunto. Falei isso antes da eleição, quando as galerias estavam cheias, muitos não gostaram, mas fui muito sincero. A PEC nº 69 não é solução para nada. Vai ter de haver outra solução. Se essa PEC fosse aprovada, seria um absurdo, pois seria aprovar uma emenda constitucional em que se descarta o concurso público. Isso não pode ultrapassar a regra da Constituição Federal em Minas.

Mas, mesmo que esse absurdo acontecesse, os trabalhadores que estão nessa situação não ganhariam um dia sequer para minimizar a sua angústia.

O presidente - Deputado Rogério Correia, vou lhe conceder 1 minuto para terminar.

O deputado Rogério Correia\* - Já termino. Mas quero explicar por que não: qualquer que seja o governador, ele ouvirá da Advocacia-Geral do Estado e da Procuradoria que ele não pode acatar essa PEC pois tem de acatar o que o Supremo já decidiu a respeito da questão. Portanto, o governador não poderá permanecer com as pessoas efetivadas se a PEC nº 69 for aprovada. Então, essa não é a solução.

Estou e estamos todos empenhados em discutir uma solução, que pode até seguir o caminho sugerido pelo deputado Sargento Rodrigues para tratar dos agentes penitenciários. Essa é uma hipótese a ser discutida, sim, pois daria às pessoas a garantia ao menos de permanecer trabalhando em abril e mesmo posteriormente, até que prestassem um concurso, que deve ser um concurso digno. Ou seja, o prazo seria estendido sem a necessidade de abriremos novo processo de designação para aqueles da extinta Lei nº 100. Essa é uma possibilidade que pode ser trabalhada legalmente.

Mas eu disse muito claramente aos professores que seria muito melhor procurarmos uma saída do que abraçarmos uma demagogia, que é exatamente esta: a de achar que vamos aprovar algo que o governador terá de fazer, quando ele não pode fazê-lo porque o Supremo já decidiu que o concurso público é uma necessidade para o ingresso... Escutem: o PT votou na Lei nº 100. À época, eu não estava aqui.

Termino em 30 segundos, presidente. Como o Supremo disse que a Lei nº 100 é inconstitucional, não podemos fazer uma nova lei para substituí-la. Que possa efetivá-los, não. O que está em jogo nesse caso não é a lei em si. O Supremo julgou a causa do concurso. Então, essa causa já foi discutida.

\* - Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 4/11/2014, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

**Gabinete do Deputado André Quintão**

exonerando, a partir de 10/11/2014, Leda Laerte Lopes das Neves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Ricardo Fernandes Murad para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Bosco**

exonerando, a partir de 10/11/2014, Hugo Leandro Pereira Vaz do cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Hugo Leandro Pereira Vaz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

**Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara**

exonerando, a partir de 10/11/2014, Alessandro Otávio de Souza Ribeiro Neves do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Marina Cecília Marcelina Alves para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Paulo Lamac**

exonerando, a partir de 10/11/2014, Luciano Martins Rena Silva do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 4 horas;

nomeando Patricia Soares Ferreira Ferraz Bulhoes para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 10/11/2014, Ahirton Toledo do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Walter Júnior Ladeia Borborema para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

## AVISO DE LICITAÇÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2014

## NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 142/2014

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 9h30min do dia 20/11/2014, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a contratação de sociedade empresária de engenharia para execução de serviços de manutenção predial e adaptação de instalações nas dependências da ALMG.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras da ALMG, na Rua Martim de Carvalho, 94 - 5º andar, Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte-MG - CEP 30.190-090, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 7 de novembro de 2014.

Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.